



Anais da Assembléia

Nº 30

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 28.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1980 SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Palácios e Renato Bueno.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) Em discussão a ata.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Antes de encerrar a sessão de ontem, Sr. Presidente, nós fizemos, nós levantamos uma questão de ordem. Quer nos parecer que não constou da ata.

Gostaríamos que Vossa Excelência fizesse a verificação, porque nós fizemos um levantamento nessa questão de ordem, baseado no art. 74, e quer nos parecer que não constou na ata.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Será verificado, Sr. Deputado, e, posteriormente, anotada a sua questão de ordem, se na presente ata não constar.

O SR. DARCY DEITOS — É porque ontem, concomitantemente com a sessão que se realizava aqui neste plenário, se reunia uma Comissão, aqui nesta Casa também, e era anti-regimental esta reunião. Então, queria que Vossa Excelência deixasse constar em ata.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Será anotado, Sr. Deputado.

Não havendo quem queira discutir a ata, declaro-a APROVADA.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício N.º 11/GL

Curitiba, em 18 de abril de 1980.

Sr. Presidente.

Pelo presente, como Líder do Bloco Parlamentar do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, comunico a Vossa Excelência a composição do Colégio de Vice-Líderes

exercício em plenário e nas Comissões:

Deputado LINEU TURRA;

Deputado DARCY DEITOS;

Deputado JOSÉ TAVARES;

Deputado TADEU LÚCIO MACHADO.

Apresento meus sentimentos de elevada consideração, firmando-me,

ATENCIOSAMENTE,
Renato Bernardi.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA BOAROM ANDREASSA, ocorrido no dia 16 último, na Cidade de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Sr. Ambrosio Andreassa, residente na Rodovia do Café - km 25, em Campo Largo.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1980

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos, de um voto de pesar pelo passamento do Senhor ÂNGELO MAGGI, ocorrido dia 17 próximo passado, na Cidade de Ibiporã-Pr.

Solicita, outrossim, após sua aprovação, seja dado ciência à família enlutada, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1980

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

ÂNGELO MAGGI, homem probo, fazendeiro, trabalhador e deixa uma lacuna nos meios da sociedade de Ibiporã, pois com seu trabalho desbravador se fez querido e admirado na região.

Ao registrar seu falecimento, queremos deixar o testemunho de que homens como ele são exemplo para os que ficam e para as gerações de amanhã.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor JOÃO BATISTA FIGUEIREDO, DD. Presidente da República, solicitando que o mesmo demita sumariamente os Srs. Ministros AMAURY STÁBILE da Agricultura e DELFIN NETO do Planejamento.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1980

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

A má condução da política econômica brasileira, principalmente no setor que se afirma ser prioritário neste País, que é a agricultura, leva ao povo brasileiro não só o descontentamen

to, mas também a crer que existe um verdadeiro complô contra a mesma nesta terra essencialmente agrícola.

Está se tentando convulsionar a agricultura brasileira, pois as medidas concretas tomadas pelos setores responsáveis pela mesma, não atendem as reais necessidades dos agricultores e principalmente de toda a Nação brasileira.

Estes desacertos e incoerências que estão sendo cometidos levarão fatalmente a Nação ao abismo total, daí solicitarmos o afastamento dos Ministros responsáveis diretamente pelo caos que se está implantando neste País, e para que o povo brasileiro devolva a confiança no atual Governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente desta Casa ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, solicitando que sejam efetivados estudos pela Comissão Especial que trata da nova Divisão e Organização Judiciária do Paraná com vistas à criação da Comarca no progressista Município de Manguieirinha.

Trata-se, Senhor Presidente, de uma antiga e justa reivindicação daquela próspera comuna do Sudoeste do Paraná, cujos serviços judiciários estão sendo atendidos pela Comarca de Coronel Vivida, com algumas dificuldades aos seus munícipes em virtude da grande distância existente entre as duas comunas e o péssimo estado de suas estradas que dificulta sobremaneira o deslocamento de sua gente.

Requer, outrossim, se dê ciência do presente aos Senhores João Dorini, Juraci Araújo, ex-Prefeito Municipal de Manguieirinha, Odilon Helin, Serventuário da Justiça e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Manguieirinha.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1980.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, NIVALDO ALMEIDA NETO, solicitando gestões do mesmo no sentido, das obras de asfaltamento, da estrada que liga Bela Vista do Paraíso-Sertãoópolis, serem reiniciadas.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1980.

a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

As obras de asfaltamento da estrada Bela Vista do Paraíso-Sertãoópolis, foram iniciadas na gestão anterior, todavia no início do ano passado as mesmas foram paralisadas. Trata-se de uma obra de vital importância para aquela região, uma vez que, constitui uma região eminentemente agrícola e o seu asfaltamento virá beneficiar uma vasta região produtora, facilitando com isso, o escoamento de toda a produção agrícola daquela área. Trata-se de uma reivindicação antiga da região.

Atualmente as obras acham-se na fase de infra-estrutura e grande parte do trecho já foi concluído com que diz respeito a esta parte técnica.

Razão pela qual, a sua paralisação, nesta fase, é não só prejudicial como incompreensível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Cultura e Esportes, solicitando urgentes estudos com vistas a um aproveitamento racional, através da Prefeitura Municipal de

Guaraqueçaba, da ilha de Superagui e praia Deserta, relacionadas entre as reservas tombadas pelo órgão competente do Estado, atualmente vinculado à referida Secretaria.

Esta proposição se justifica diante da notícia de que um grupo econômico estaria para lotear parte da mencionada ilha litorânea.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1980.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requer seja encaminhada solicitação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, aos Ministros da Indústria e Comércio, Agricultura e Planejamento, ao Conselho de Desenvolvimento Industrial e ao Superintendente da SUNAB, para que sejam concedidas cotas para empresas da região Oeste do Paraná moerem o trigo produzido na região.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, atendidas as formalidades constitucionais, REQUER seja encaminhada solicitação às autoridades acima nominadas, para que concedam cotas às empresas cooperativistas ou não da região Oeste do Paraná para que possam moer o trigo lá produzido, pelo menos até o nível do consumo regional, medida não só justa para com uma região que produz cinquenta por cento da produção tritícola do Paraná, como serviria para diminuir sobremaneira os custos que hoje repercutem até a industrialização e consumo final do produto.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1980.

a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

As apresentadas pela Associação Comercial e Industrial de Toledo, durante a VII Reunião Plenária da CACIOPAR.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra, com satisfação, a presença, em nosso Plenário, do Vereador Luís Alves de Lima, de Tijucas do Sul.

Concedo a palavra ao Deputado Domício Scaramella, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sempre nesta data, 19 de abril, eu faço aqui uma homenagem póstuma a Getúlio Vargas, e isso eu quero levar para o túmulo: a minha fidelidade e o meu respeito por aquele grande homem público.

E, se Deus quiser, aqui nesta Casa, no decorrer dos anos, há de ficar alguém que também corra em suas veias o sangue do trabalhador brasileiro para que, nas outras datas, prestem esta homenagem que este velho político, com a idade avançada, sempre está prestando a um dos inesquecíveis brasileiros.

Senhor Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Em nossa vida política, sempre tivemos o cuidado de não esquecer de datas e acontecimentos importantes que venham reavivar, em nossa memória, a existência de pessoas ilustres que embora desaparecidas fisicamente de nosso convívio, encontram-se presentes em nosso meio através dos trabalhos realizados e dos exemplos deixados, exemplos estes que deveriam ser seguidos por todos os homens de boa vontade, pois refletem o verdadeiro espírito de brasilidade, o verdadeiro espírito de humanidade, pois foram homens que se doaram integralmente em corpo e alma a favor das causas que interessassem mais diretamente ao povo brasileiro e à Nação.

Tenho todos os anos registrado, nos Anais desta Assembléia Legislativa, a passagem da data de nascimento de GETÚLIO DORNELLES VARGAS, em 19 de abril de 1883, em São

Borja, Rio Grande do Sul.

GETÚLIO VARGAS desde seus primeiros anos de idade, quando ainda criança, já demonstrava um incontestável espírito de liderança. Pelo seu modo simples foi conquistando posições e admiração daqueles que o rodeavam, pois sempre tinha sua mão estendida e um sorriso que inspirava confiança e a todos tratava com respeito e dignidade.

Ainda jovem, VARGAS demonstrou sua capacidade de dirigente e de administrador, pois se encarregou dos negócios de seu pai, nas lides campeiras, percorrendo seu estado a cavalo, comprando e vendendo gado. Sentindo as dificuldades na comercialização de gado, VARGAS liderou movimentos em defesa dos criadores, contra a exploração das multinacionais que dominavam o mercado, oprimindo os pequenos estanceiros, tirando dessa gente o que lhes cabia por direito, ou seja, o lucro e a remuneração justa de seu trabalho.

VARGAS foi crescendo, sua liderança já se fazia sentir fora das fronteiras de sua cidade e a cada posição que tomava em favor de sua gente, conquistava maior admiração de todos os seus conterrâneos e seu nome era levado a todos os rincões do Rio Grande do Sul, expandindo-se daí a toda o País, que viam naquele homem o verdadeiro líder, justo e humano, brasileiro e nacionalista, que tinha como metas prioritárias o homem e a Nação brasileira em harmonia com o desenvolvimento de ambos, com honestidade e com justiça.

VARGAS deu à Nação e ao povo brasileiro tudo de si. Levado ao poder pela vontade do povo, por duas vezes, desenvolveu uma política desenvolvimentista dirigida para o povo brasileiro, com justiça, implantou leis sociais no País, protegendo os trabalhadores contra a escravidão que se encontravam, assegurando por uma legislação específica direitos tais como, salário mínimo, previdência social, estabilidade no emprego, esta última hoje não mais existente, pela instituição pelo governo revolucionário do FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO, que veio decretar a rotatividade de emprego, marginalizando o homem brasileiro, que vê-se à mercê dos grupos multinacionais que veem somente o lucro como interesse, não se importando com a pessoa humana que após ser explorada em toda sua capacidade produtiva é despedida sumariamente e colocada à margem da sociedade, criando assim o mais lamentável dos problemas que é o problema social.

No campo político, VARGAS promoveu inúmeras medidas visando proteger os interesses nacionais, assegurando o monopólio estatal sobre as atividades econômicas que ameaçassem a soberania nacional. Criou a PETROBRÁS, a Superintendência da Moeda e Crédito, cuidou, no campo da mineração, da criação da Companhia Siderúrgica Nacional e elaborou o plano de reforma agrária, assegurando terras aos agricultores brasileiros, amparando principalmente o pequeno produtor que vinha sendo escravizado e explorado de forma desumana e vergonhosa para a própria Nação brasileira que permitia aos trustes americanos dilapidarem o mais valioso patrimônio do País que é seu povo e assegurou o direito de voto à mulher.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nunca deixei de reverenciar a memória de VARGAS e agora me sinto ainda mais à vontade, pois com a reforma partidária, volto a falar novamente como trabalhista e sob a legenda do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, a mesma agremiação política fundada pelo ex-Presidente e com os mesmos princípios nacionalistas daquele saudoso homem público cujo espírito está sempre presente em cada brasileiro que ama sua Pátria e por ela é capaz de derramar seu sangue".

Era esse meu pronunciamento., Sr. Presidente, Srs. Deputados e peço a Deus, mais uma vez que tenha pena deste Brasil, e nos dê mais um brasileiro nacionalista igual a Getúlio Dornelles Vargas, não só para dirigir a nossa Nação, mas

muitos para dirigirem os nossos Estados, para terminarem com as mordomias, para terminarem com esse menosprezo às classes menos favorecidas, para terminarem com esses juros extorsivos do Banco do Brasil, para terminarem com o massacre dos impostos; para terminarem com essas taxas abusivas da COPEL e de todos os órgãos governamentais que só sabem arrecadar impostos e taxas, em detrimento aos pequenos, em detrimento dos trabalhadores.

Falo, Sr. Presidente, porque também me considero um trabalhador.

Fui também motorista de caminhão, fui serrador de serraria e, hoje, com muito orgulho, estou representando uma classe muito grande, de minha região, aqui nesta Casa, há quase 20 anos.

Muito obrigado pela atenção dos nobres Deputados, e se Deus quiser, muitas outras vezes mais, voltaremos aqui para prestar uma homenagem à memória do ex-Presidente Getúlio Vargas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, faço registro, desta tribuna, da minha estranheza e do meu lamento também, pela negativa de um pedido de informações de minha autoria. Negativa esta que partiu da bancada do PDS desta Casa, com respeito às informações que solicitei ao Secretário de Estado da Educação, com referência ao Programa Merenda Escolar.

Sinceramente, não entendi o porque de se negar um pedido dessa natureza. Não o considero ofensivo a órgão algum do Estado, muito menos ao Sr. Governador do Estado. Não o considero provocativo. Não o considero também de conotação meramente política, e, muito menos de conotação demagógica.

Fico na dúvida do porque dessa negativa. Porque a bancada do PDS não permitiu a tramitação desse processo, desse pedido de informações para que a Secretaria da Educação e Cultura pudesse fornecer dados a esta Casa.

Mas, deixo claro que, em caráter puramente pessoal, vou fazer uma indagação à Secretaria da Educação e Cultura, pretendendo, com isto, que o nobre Sr. Secretário responda a este Deputado. Acredito que Sua Excelência terá a dignidade de prestar informações ao povo e que responda a este Deputado em caráter pessoal.

Vou fazer a carta, um documento pessoal e aguardarei a resposta do Sr. Secretário da Educação e Cultura.

Pergunto desse pedido de informações e registro nos Anais desta Casa, para que os Srs. Deputados que ainda não têm conhecimento desse documento, possam aquilatar o que estou solicitando, e verificarem que no que solicitei anteriormente, não existe nada que possa ofender aos órgãos do Estado, não tem algum teor provocativo, nem meramente político ou demagógico.

Pergunto:

1. Qual o órgão coordenador, distribuidor e fiscalizador do Programa Merenda Escolar?

É simples a resposta, mas deve partir do Governo.

2. Qual o total da verba aplicada naquele Plano? O Sr. Secretário deve ter, naturalmente, uma equipe que coordena o setor e os dados devem estar especificados.

3. Quais os critérios adotados para distribuição da merenda escolar?

Deve ter critério, é claro.

4. Quais os municípios beneficiados com o Plano? É simples de responder, também.

5. Qual o tipo de alimentação que é distribuído através da merenda escolar?

6. Existe distribuição e controle à nível municipal, nas escolas dos municípios, diretamente ou através de convênios, ou o Plano . . . atinge somente os estabelecimentos escolares do Governo do Estado?
7. Para qual faixa de idade é distribuída a merenda escolar? Nós estamos preocupados, porque não queremos que o Paraná tenha, no futuro, uma população de nanicos e nós vamos responsabilizar, inclusive o Governo, porque ele deve ter participação efetiva, segundo a Lei, no plano de merenda escolar. Nós consideramos que a fome afeta o corpo, afeta a mente e destrói elementos da personalidade, por isso nós estamos preocupados com esse esquema da merenda escolar e vamos solicitar então, em caráter pessoal, ao Sr. Secretário, estas indagações, acreditando na sua dignidade de uma bela resposta.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A abertura democrática brasileira de João Baptista Figueiredo, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, está descaracterizada, ou melhor dito, está mais característica, está caracterizada uma abertura que não abre mão de favorecer intensamente o capital contra o trabalho. Isso ficou claro ontem, quando o Governo resolveu intervir nos sindicatos do ABC paulista, declarando assim, ilegal a greve.

Por que esse Governo não intervém na inflação, na dívida externa que está sendo causada exatamente por essas mesmas empresas estrangeiras que resolveram adentrar este País e explorar a mão-de-obra barata do povo brasileiro?

Por que não intervém na dívida externa, nos bancos, nos seus juros absurdos, no custo de vida? Por que intervém exatamente contra o trabalho e os trabalhadores? Como fica realmente essa abertura? Fica caracterizada como já disse no início, uma abertura que se coloca ao lado do capital e dos capitalistas e contra a grande maioria do povo brasileiro que são trabalhadores transformados quase que em escravos. Poderíamos dizer até que pior que escravos, porque no tempo da escravidão, quando o senhor de escravos comprava um escravo ele assumia a responsabilidade perante aquele escravo, mantinha ele a sua família bem alimentada, porque era do trabalho dele, escravo, que dependia o bom rendimento do serviço.

Hoje não. Hoje se emprega o trabalhador, suga-se a sua possibilidade e força de trabalho, ao máximo, e o deixa atuado à margem da sociedade, à beira da miséria. Quando este adoce, quando este não serve mais, existem milhares de trabalhadores que podem ser contratados.

Essa era a luta e contra isso é que lutavam os metalúrgicos de São Paulo. Não era somente um pedido de majoração de salários. Eram garantias de estabilidade por um ano e a constituição de delegados junto às fábricas, para poderem acompanhar esse processo injusto, essa especulação com a mão-de-obra que faz com que o empresário empregue um hoje e quando estiver adoecido, o despede para empregar outros milhares que estão às portas procurando emprego.

Estes dois últimos itens que efetivamente causaram a reação dos empregadores e impediram uma solução de consenso entre patrão e empregado. E o Governo se coloca do lado de quem?

Mais uma vez do lado do capital, do lado das grandes empresas, do lado dos todo poderosos que não necessitam de apoio, que não necessitam de ajuda, porque eles já estão bem colocados e bem instalados, e, egoisticamente instalados no ápice da sociedade brasileira.

E partindo do ponto de vista de Martin Lutero, o reformador da minha igreja, que admitia a existência do Estado

apenas com uma única função cristã, que é colocar-se ao lado dos mais fracos para defendê-los.

Infelizmente, o Governo brasileiro resolveu colocar-se ao lado exatamente contrário, do mais forte, do capital, contra o trabalho. Que a igreja que está vocacionada pelos oprimidos, que se inclina sempre ao lado destes, seja o exemplo para que um Governo possa agir corretamente, cristãmente e com justiça. Seria isso, Sr. Presidente, a denúncia que queria fazer da caracterização da abertura ao lado do capital.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Se me permite a Casa a de entrar em seara alheia. Mas, a nota oficial dos nobres Srs. Deputados do PMDB publicada hoje nos jornais da Capital, me obrigou a adentrar efetivamente em seara alheia. Não no mérito da nota, porque compreendo perfeitamente a posição da liderança e dos Srs. Deputados do PMDB, em defenderem um dos integrantes da bancada.

Todavia, o que nós não podemos aceitar, Sr. Presidente, é que se procure impingir à opinião pública a convicção de que o nobre Deputado Quielse Crisóstomo foi o único responsável pelos lamentáveis incidentes verificados aqui há dois dias atrás.

É contra isso que se insurge a bancada do PDS que também dará Nota Oficial. Posicionando-se dentro desse Legislativo e mostrando à população do Paraná a verdade por inteira, que aqui está apenas uma meia verdade. Não é possível que se escute calado agressões verbais que a bancada do PDS tem aqui, quase que diariamente, num posicionamento nitidamente ideológico de alguns dos Srs. Membros da bancada do PMDB. Felizmente, não todos.

Mas alguns dos Srs. Deputados do PMDB tentam impingir uma posição ideológica que nós, democratas convictos, não aceitamos. Daí a irritação, daí as ofensas verbais, que têm que receber um revide.

Pode-se dizer mais, luta-se no campo das idéias, a batalha tem que ser verbal, mas quando a argumentação expendida por alguns dos Srs. Deputados do PMDB a respeito de fundo eminentemente ideológico, não permite mais, que o bom senso prevaleça e que a discussão se situe no campo da discussão, no campo ideológico, é que alguns deputados perdem efetivamente a linha. O que é lamentável. Nós não estamos apoiando absolutamente, as cenas que se verificaram aqui naquela oportunidade, cenas que eu também já me vi envolvido e que confesso, por mim foram dolorosas porque não é isto o que o povo espera do Deputado, mas às vezes, o Deputado é obrigado a tomar posições daquela natureza.

E muito feliz foi o Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, quando disse bem assim: É de se notar que alguns Membros da bancada do PMDB, que subscreveram a nota oficial, e cito como exemplo o nobre Deputado José Domingos Scarpellini que não teve a mesma compostura dias atrás. Subiu nas mesas dos Deputados e agrediu o Deputado Gabriel Manoel e digo, agrediu covardemente, acrescento mais isto, porque agrediu e fugiu. Naquela oportunidade, a ilustre bancada do PMDB achou o fato normal, por ser aquele Deputado agressor um dos seus Membros. Naquela oportunidade, nós não vimos nota oficial da bancada do PMDB, quando deveria, por coerência, ter sido verberado o procedimento daquele Sr. Deputado.

Espero que os nobres componentes da bancada do PMDB, compreendam a nossa posição. Nós entendemos perfeitamente válida a defesa de um dos Membros da bancada pela direção partidária e pela liderança partidária, mas desde que

esta defesa fique circunscrita à defesa propriamente dita, sem partir para uma nova agressão pública contra um dos Membros da bancada do PDS. É contra isso que me insurjo e que a bancada certamente se insurgirá na reunião que teremos para analisar aquela nota, que terá a devida resposta dentro dos termos regimentais.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos à Mesa desta Casa um requerimento em que solicitamos o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, solicitando que o mesmo demita sumariamente os Ministros do Planejamento e da Agricultura, respectivamente, Srs. Delfim Neto e Amaury Stábile. cremos que com esta medida estamos usando o canal que temos a mão, estamos com esta medida tentando canalizar os anseios de milhares de paranaenses e de milhões de brasileiros. Porque o Sr. Delfim Neto na sua voracidade com que assaltou o Ministério do Planejamento da Nação brasileira, com as medidas que tomou inicialmente com o pacote agrícola, onde os juros foram elevados de quinze para trinta e oito por cento nos investimentos; com o escândalo da desvalorização do cruzeiro, no mês de dezembro, beneficiando determinados grupos multinacionais, com prejuízos incalculáveis às finanças da Nação brasileira, com o escândalo da transação das ações da Vale do Rio Doce; com a tributação dos ganhos de capital, cujo decreto-lei está para ser emitido nos próximos dias, cuja íntegra os jornais publicaram na data de ontem.

É que eu queria me referir, Sr. Presidente, de que não é possível que esta Nação de cento e vinte milhões de brasileiros continue a ser governada por decretos-leis. Não é possível que os homens quando fazem seus investimentos o façam baseados em legislações específicas. E, no caso daquele Decreto-Lei quer se tributar dez por cento dos rendimentos auferidos no ano de 1979 o que é, sem dúvida alguma, um absurdo, porque demonstra o arbítrio que impera nesta Nação. Porque não é possível que alguém que fez os seus investimentos, não importa se seja pobre ou que seja rico, não estou aqui defendendo o mérito. Mas o homem deve se ater às leis e ele quando fez os seus investimentos no ano de '79 o fez baseado nas leis existentes e não justifica que agora tenha que pagar sobre rendimentos de capital que auferiu em 1979, com um empréstimo absurdo de dez por cento sobre os ganhos acima de quatro milhões, cujo empréstimo será devolvido a partir de 1982, com juros de seis por cento ao ano, sem correção monetária.

Ora, isto é querer comparar esta Nação imensa com estas "republiquetas" todas que estão localizadas aqui na América Latina. E em seguida, Sr. Presidente, peço o afastamento, a demissão do Sr. Amaury Stábile, o mais incompetente Ministro da Agricultura que já passou por esta Nação.

Um homem que não distingue um pé de couve de um pé de café. Um homem completamente despreparado para o cargo. O Paraná inteiro sabe e tem conhecimento, que a safra de feijão se planta entre janeiro e fevereiro e até o dia 05 de abril passado, quando estive na região de Campo Mourão, pessoas fazendo financiamento para plantio de feijão no mês de abril, quando é sabido que neste mês o frio já se abate em várias regiões do Paraná. Ainda hoje os jornais estão estampando na primeira página, que o maior produtor de feijão do Estado do Paraná, é a Região Sudoeste, com o ventinho sul que deu nestes últimos três dias, já perdeu mais de setenta por cento da safra de trinta e dois mil hectares plantados na Região do Sudoeste.

É por isto que nós, usando o canal que nos compete, o foro que nos compete, é que pedimos que esta Casa aprove um requerimento em que solicitamos que Sua Excelência, o Presidente da República, demita aqueles incompetentes, principalmente o Sr. Delfim Neto que é o representante das multinacionais, na Nação brasileira. E demita o Sr. Amaury Stábile, o mais incompetente dos Ministros da Agricultura que já passou por esta Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com verdadeiro espécime, ao ler hoje, numa nota oficial da bancada do glorioso partido do PMDB, ficamos sensibilizados, constrangidos, quando vemos que não está existindo, dentro desta Assembléia, o respeito, o cavalheirismo que deve existir entre as bancadas que aqui têm assento e que vieram a esta Casa representando, cada um, uma facção de um povo.

Neste instante, entristecidos mesmos, pedimos a Deus que perdoe os homens que se fazem de "falsos Messias", um homem de nossa bancada.

A bancada do PMDB tem homens honrados e ilustres que respeitamos, como também queremos que respeitem a nossa bancada.

A agressão pessoal, se alguém sofreu neste plenário, dentro da sala, numa época em que se fazia uma discussão genérica igual àquela em que houve entre o ilustre Deputado Pugliesi e o meu companheiro e amigo, Deputado Quielse. Fomos agredidos e a nossa bancada não pediu sanção a quem quer que seja; porque como dis o adágio popular: "roupa suja se lava em casa". Roupas sujas não se fazem propaganda, porque se somos culpados, se merecemos culpa, os homens que hoje procuram fazer fantasias e pensamentos paranóicos, ao pretenderem cassar um Deputado de nossa bancada, um Deputado que veio a esta Assembléia, por diversas vezes, carregado pelos braços do povo, um homem que foi Secretário desta Assembléia, que merece o nosso respeito e também o respeito deveria merecer da bancada da Oposição. Uma nota desta, só tende a denegrir o Poder.

Os homens que clamam, que querem que o Poder seja altaneiro, como é que podem "colocar às ruas", para execução pública, um companheiro de bancada?

Nós somos agredidos aqui por eminentes membros do MDB, daquele tempo, e nunca fomos pedir cassação de alguém, porque quem cassa é o povo e quem outorga o poder é o povo. E aqui não foi ofendido o Deputado Quielse. Fomos nós da bancada do PDS que fomos ofendidos. E desafiamos, nesse instante, quero fazer também minhas as palavras do Deputado Quielse, esta cassação, porque a Imprensa do Paraná não pode estar à mercê de palavras banais. Se existem fundamentos, não vão cassar um deputado só, vão cassar dois deputados. Quero me incluir e estar "pari-pasu" ao lado do Deputado Quielse, que é um homem íntegro, um homem que muitas vezes no afoitismo e ao defender um companheiro seu, procura até se expor perante os homens que não têm competência para dirimir e para perdoar muitas vezes. E é isto que conclamo a nossa bancada e a bancada do PMDB, que olhem com carinho. Não se atire pedra em telhado do vizinho, quem tem telha de vidro. E nós aqui estaremos ao lado do Deputado Quielse. E pediria encarecidamente a esta bancada que ponha o meu nome também, no rol dos que serão cassados. E desafio aos ilustres membros da bancada do MDB que puseram aquela nota no jornal, que nos cassem; que para nos cassar é somente o povo. Quando se

falava que o AI-5 cassava, a bancada do MDB era revoltada contra essas cassações. Agora hoje estão seguindo o mesmo dos homens que cassaram brasileiros e que baniram homens de gabarito, homens que podiam servir a nossa Pátria, como Quielise está servindo ao Paraná.

Então, Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência que solicitasse à bancada do PMDB que me incluisse no rol dos cassados.

Lanço este desafio, junto com o Deputado Quielise Crisóstomo. Ele há de ter um amigo que o defenda, um homem que reconhece os seus trabalhos, um homem que não tem medo, também.

Um homem que vem aqui para dizer a verdade, não é por demagogia e notas faraônicas nos jornais.

Porque não é de nosso estilo, fazer política dessa maneira. Fomos agredidos e a nossa bancada levou um tapa na cara, Sr. Presidente, do homem que correu, não discretamente. E o que diz a bancada do PMDB: para cassar aquele homem que estava, naquele momento, talvez exaltado, quando nos agrediu fisicamente.

Então, é isso que diria, que estamos revoltados e nosso voto de repúdio a esse voto da bancada do PMDB. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/79, de autoria do Deputado DARCY DEITOS, que declara de utilidade pública o "Albergue Noturno José do Patrocínio", com sede e foro na Cidade de Campo Mourão. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 55/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o "ALBERGUE NOTURNO JOSÉ DO PATROCÍNIO", com sede e foro na Cidade de Campo Mourão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1.979

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública tem por finalidade dar assistência médico-social aos desamparados sob seus cuidados, dar moradia e mobiliário ao maior número possível de pobres desamparados, buscando ainda prover-lhes a alimentação e agasalhos, tendo a entidade, para fazer face aos objetivos citados, um albergue noturno e ambulatório médico-dentário próprio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 55/79

PARECER

Justificando o atraso no presente parecer, que esteve aguardando decurso legal de prazo da existência jurídica da entidade, dando assim validade ao projeto.

Da análise do processo, constata-se que pela justificativa apresentada pelo autor e pela documentação apensa ao mesmo, a entidade que se pretende declarar de utilidade pública,

preenche os requisitos essenciais previstos na legislação reguladora da matéria.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela **APROVAÇÃO.**

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171/79, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "Associação de Pecúlios dos Executivos - ASPE", com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro e representação nesta Capital. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria. — **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI N.º 171/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PECÚLIOS DOS EXECUTIVOS — ASPE, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, com representação nesta Capital, de conformidade com a Lei Estadual 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1.979.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pecúlios dos Executivos — ASPE, constituída efetivamente em 05 de janeiro de 1972, é entidade de fins não lucrativos, de direito privado, fundamentada no Código Civil Brasileiro e na Resolução n.º 41, de 16 de dezembro de 1968 do Conselho Nacional de Seguros Privados; é inspirada, conforme texto de sua Ata de Constituição, "nos princípios universais e nacionais que estruturam o bem-estar social e contribuem para a realização do bem comum".

Entendemos que a ASPE, cuja sede encontra-se na Cidade do Rio de Janeiro, mantendo escritório de representação nesta Cidade de Curitiba desde outubro de 1977 a nível regional, vem prestando, conforme expõe sua carta estatutária, relevantes serviços no campo da implantação e controle de Planos Beneficiários, obedecidas e observadas igualmente as práticas previdenciárias, objeto final da Associação.

Pela importância e magnitude dos serviços prestados e em prestação, pelo preenchimento de todos os dispositivos legais que regem o assunto, solicito dos senhores parlamentares a aprovação desta matéria.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 171/79

PARECER

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, tem por objetivo declarar de utilidade pública a ASPE — Associação de Pecúlios dos Executivos, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, com representação nesta Capital.

Foram anexados diversos documentos dando conta de que a referida entidade mantém um escritório Regional em Curitiba desde outubro de 1977, com a finalidade de promover o bem comum, estando devidamente registrada, e que sua diretoria não percebe qualquer remuneração.

A cópia de seus estatutos comprovam que a mesma tem existência legal há vários anos.

Sob o aspecto estritamente constitucional nenhum obstáculo há, que impeça a sua apreciação pelo douto Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1979

(aa) GILBERTO CARVALHO -- Presidente;
FIDELCINO TOLENTINO, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI N.º 171/79

PARECER

Nos termos do § 5.º, do Art. 60 do Regimento Interno, e tendo em vista a Rejeição do Parecer exarado pelo relator anteriormente consignado, opinamos contrariamente ao Projeto de Lei n.º 171/79.

É o parecer contrário aprovado em reunião de 26/03/80.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
ANTÔNIO FACCI, Relator.

1a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 204/79, de autoria do Deputado RUBEM VALDUGA, que declara de utilidade pública a "Congregação de Irmãs da Pequena Missão para Deficientes da Audio Comunicação, com sede e foro na Cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.-- Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 204/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º -- Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a CONGREGAÇÃO DE IRMÃS DA PEQUENA MISSÃO PARA DEFICIENTES DA AUDIO-COMUNICAÇÃO, também identificada por "Pequena Missão", com sede na Cidade de Londrina - Paraná.

Art. 2.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1979.

(a) VALDUGA.

JUSTIFICATIVA:

A CONGREGAÇÃO DE IRMÃS DA PEQUENA MISSÃO PARA DEFICIENTES DA AUDIO-COMUNICAÇÃO, também identificada por "Pequena Missão", com sede e foro na Cidade de Londrina- PARANÁ, constitui uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos e tem como finalidade promover o ensino e a pesquisa na área do deficiente da audio-comunicação, atendendo e amparando as crianças deficientes auditivas no seu mais alto grau de valorização intelectual, moral-físico e religioso, colaborando com as administrações competentes do País e com as entidades que desenvolvem atividades nesse sentido.

Os serviços prestados pela Congregação citada, é efetuado independentemente de credo religioso, raça, idade e situação sócio-econômica.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende as determinações previstas em lei. A "Pequena Missão" pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo em favor da comunidade Paranaense, justifica por si a presente proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 204/79

PARECER

1. O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Ruben Valduga, objetiva declarar de utilidade pública a "CONGREGAÇÃO DE IRMÃS DA PEQUENA MISSÃO PARA DEFICIENTES DA AUDIO COMUNICAÇÃO" de Londrina - Pr.

II. A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências das leis que disciplinam a matéria.

III. Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta casa de leis, e nosso parecer, portanto, é pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

1a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 209/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que cria o Distrito Administrativo de Cachoeira no Município de São José dos Pinhais, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.-- Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 209/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º -- Fica criado o Distrito Administrativo de Cachoeira, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

Inicia no Rio Iguaçu, na Foz do Rio Miringuava. Desce pelo rio Iguaçu até cruzar com a rodovia municipal NX-421 e segue por esta até a rodovia NX-004, e, por esta, até cruzar com a rodovia municipal NX-306, seguindo até a rodovia NX-423 e, por esta, até a rodovia NX-106, daí seguindo até cruzar com a rodovia NX-416 e, por esta até a rodovia NX-003. Segue pela rodovia NX-003 até a ponte sobre o Rio Miringuava-Mirim, descendo por este até a sua desembocadura no Rio Miringuava, daí descendo até sua foz do Rio Iguaçu, ponto de partida.

Art. 2.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1979.

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA:

O Município de São José dos Pinhais, integrante da Região Metropolitana de Curitiba, vem representando um surto desenvolvimentista dos mais acentuados. Quer no setor econômico, social, cultural e administrativo o seu crescimento está a exigir maior dinamismo para que não haja solução de continuidade nesse crescimento. Com isso, a Câmara Municipal local houve por bem aprovar o Decreto Legislativo n.º 01/77, fotocópia anexa, autorizando o Chefe do Poder Executivo Municipal a representar a esta Casa de Leis, solicitando a criação do Distrito Administrativo de Cachoeira.

Tal representação vai ao encontro dos anseios da população da localidade de Cachoeira que está a reivindicar melhores atenções face ao desenvolvimento alcançado à custa de grande trabalho.

Nestas condições, apresento o presente Projeto de Lei que, espero, conte com o apoio e a aprovação dos Senhores Deputados com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 209/79

PARECER

Da análise do Processo, constata-se que o mesmo está devidamente instruído com os documentos comprobatórios, consoante ao Artigo 9.º, Capítulo II, da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Renato Bernardi, na qualidade de Líder do PMDB, comunicando a composição do Colégio de Vice-Líderes para exercício em Plenário e nas Comissões.—

Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Boarom Andreassa, ocorrido na Cidade de Campo Largo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ângelo Maggi, ocorrido na Cidade de Ibioporã.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, no sentido de que o mesmo demita sumariamente os Srs. Ministros da Agricultura e do Planejamento.— Em votação.

O SR. LÁZARO DUMONT — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, esse requerimento, realmente me põe até numa situação delicada, porque recentemente, quando compus, como Membro de uma Comissão desta Assembléia, que estava no Rio Grande do Sul, tratando de problema da soja, fui um dos Deputados que, naquela oportunidade, defendeu a necessidade de uma mudança na política econômica brasileira, e, posso aqui, não concordar com os termos do requerimento do nobre Deputado Darcy Deitos, e também como foi colocado.

Mas, Sr. Presidente, continuo convicto de que, se o Ministro do Planejamento Delfim Neto, e o Ministro da Agricultura, Dr. Amaury Stábile não apresentarem alternativas melhores e mais condizentes com a necessidade da Nação, no momento, seria preferível que esses dois ministros se demitissem, Sr. Presidente.

Vou votar, nesta oportunidade, favorável a esse requerimento, com a seguinte ressalva, primeiro: que aguardo do Sr.

Presidente da República, para que a gente possa ter uma tranquilidade melhor na área econômica, em todos os setores, e a própria intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, ontem, está aí para dizer que há, realmente, apesar do que o Sr. Ministro da Justiça disse ante-ontem em Belo Horizonte, há um clima de instabilidade social neste País, que precisa ser corrigido. E uma das formas de corrigir este clima é exatamente colocar as nossas economias em ordem, hoje.

Nestas condições, dando aqui um voto de confiança ao Presidente da República, que ele venha mudar a política econômica nacional, e que se necessário for, a mudança dos Ministros, eu, nestas condições, vou apoiar, data vênica, o requerimento do Deputado Darcy Deitos.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Darcy Deitos, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

15 Srs. Deputados o aprovam;

2 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 197 e 198/79, e 03 e 04/80.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 55, 171, 204, 207 e 209/79.

Levanta-se a sessão.